

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA ATUAR NO APOIO AO ESTUDANTE PAEE

FORMACIÓN Y DESEMPEÑO DEL EQUIPO MULTIPROFESIONAL PARA ACTUAR EN APOYO AL ESTUDIANTE PAEE

Rosemeire da Silva Mourão¹
Carla Ariela Rios Vilaronga²

RESUMO: Faz-se necessário pensar em ações que proporcionem condições favoráveis, de sucesso, no processo de ensino dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Assim como a permanência nas instituições em todos os níveis de ensino, bem como garantido legalmente publicação da Lei Brasileira de Inclusão (2015). Os Institutos Federais (IFs) possuem particularidades no seu percurso de pensar ações aos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), foco desse trabalho, contexto no qual possui a atuação de uma equipe multiprofissional, que tem feito um trabalho de extrema relevância no processo de inclusão escolar desses estudantes. Com base no exposto a pesquisa teve como objetivo descrever e analisar o papel da equipe multiprofissional nos IFs, na escolarização do estudante PAEE no contexto da instituição, especificamente no que se refere a formação, atuação da equipe e papel no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). O presente estudo foi baseado na modalidade de pesquisa exploratória, sendo submetido e aprovado pelo comitê de ética. A coleta de dados se deu por meio de questionário utilizando a plataforma do “Google Formulários” entre o período de 28/10/2020 a 25/11/2020. Participaram da pesquisa 97 profissionais da equipe de 29 instituições, distribuídos em diferentes cargos e com distintas atuações. Através da análise das devolutivas das 36 questões, entre fechadas e aberta, os dados apontaram que pequena quantidade dos sujeitos teve contato com o tema inclusão escolar na sua formação inicial, mas que buscaram formações posteriores. Percebe-se o envolvimento desses sujeitos em ações coletivas escolares, na atuação dos os NAPNEs e na busca de formações específicas para trabalhar com o estudante PAEE. Os sujeitos destacam a importância de ter na composição na equipe profissionais especialistas em educação especial para fazer parcerias, como o Atendimento Educacional Especializado, o Tradutor Intérprete de Libras, dentre outros. Como considerações finais, os dados apontam ao comprometimento da equipe na atuação com os estudantes PAEE, o rico trabalho que vem sendo desempenhado nos NAPNEs e na colaboração com a comunidade escolar. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir na construção coletiva do processo de inclusão de alunos PAEE nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação Profissional; Equipe Multiprofissional; Inclusão Escolar; NAPNE.

Resumen: Es necesario pensar en acciones que brinden condiciones favorables para el éxito en el proceso de enseñanza de estudiantes con discapacidades, trastornos generalizados del desarrollo y altas capacidades / superdotación. Así como la permanencia en instituciones de todos los niveles de educación, así como la publicación legalmente garantizada de la Ley Brasileña de Inclusión (2015). Los Institutos Federales (IFs) tienen particularidades en su trayectoria de pensamiento sobre acciones para el alumnado Público Alvo de Educación Especial (PAEE), el foco de este trabajo, un contexto en el que cuenta con la actuación de un equipo multidisciplinario, el cual ha realizado una tremenda labor. importante labor en el proceso de inclusión de estos estudiantes. Con base en lo anterior, la investigación tuvo como objetivo describir y analizar el rol del equipo multidisciplinario en las FI, en la formación del estudiante PAEE en el contexto de la institución, específicamente en lo que se refiere a

¹ Especialização em Educação Infantil/UFSCar. Docente Prefeitura Municipal de São Carlos-SP. rosemeire.mourao@professor.saocarlos.sp.gov.br

² Doutorado em Educação Especial, docente IFSP- São Carlos-SP, crios@ifsp.edu.br

[Digite aqui]

la formación, desempeño del equipo y rol en el Centro de Atención. para personas con necesidades específicas (NAPNE). El presente estudio se basó en la modalidad de investigación exploratoria, siendo presentado y aprobado por el comité de ética. La recogida de datos se realizó a través de un cuestionario utilizando la plataforma "Google Forms" entre el período del 28/10/2020 al 25/11/2020. En la investigación participaron 97 profesionales del equipo de 29 instituciones, distribuidos en diferentes puestos y con diferentes actividades. A través del análisis de la retroalimentación de las 36 preguntas, entre cerradas y abiertas, los datos mostraron que un pequeño número de sujetos tuvo contacto con el tema de la inclusión escolar en su formación inicial, pero que buscaron una mayor formación. Se advierte la implicación de estos sujetos en acciones escolares colectivas, en el desempeño de las NAPNE y en la búsqueda de formación específica para trabajar con el alumno PAEE. Las asignaturas resaltan la importancia de contar con profesionales en el equipo con especialistas en educación especial para formar alianzas, como el Servicio Educativo Especializado, el Intérprete Intérprete de Libras, entre otros. Como consideraciones finales, los datos apuntan al compromiso del equipo en el trabajo con los estudiantes de PAEE, el rico trabajo que se ha realizado en las NAPNE y en colaboración con la comunidad escolar. Se espera que esta investigación pueda contribuir a la construcción colectiva del proceso de inclusión de los estudiantes del PAEE en los Institutos Federales.

Keywords: Educación Profesional; Equipo multiprofesional; Inclusión escolar; NAPNE.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, na sala comum da escola regular tornou-se bandeira de luta de proporções mundial e notoriamente alcançou essenciais conquistas. Evidenciadas em marcos legais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e Convenção da Guatemala (BRASIL, 2001), que foram fundamentais para os princípios orientadores da Educação Inclusiva e contribuíram para incentivar o aumento de pesquisas e estudos sobre a temática, que envolvem a garantia da vaga dos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), e tantas outras demandas necessárias e fundamentais como: acessibilidade, atendimento, permanência, avanço e sucesso desses estudantes no processo de ensino em todos os níveis educacionais.

Impreterivelmente, faz-se necessário pensar em ações que proporcionem condições favoráveis no que tange à Educação Inclusiva, sendo as leis uma concretização das lutas, neste sentido a aprovação recentemente, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi um avanço consolidado.

Então entendemos que para uma efetiva Educação Inclusiva é necessário convergência entre os amparos legais e as práticas educativas, sendo a legislação imprescindível para fomentar ações no contexto educacional, que corroboram na construção de políticas públicas inclusivas, que deve ir além da efetivação da

[Digite aqui]

matrícula na classe comum do ensino regular, e atender todas as outras demandas que contemplem o acompanhamento e os suportes necessários a cada estudante um ao longo do percurso de escolarização.

A garantia de acessibilidade deve estar prevista em todas as etapas escolares, em suas diferentes configurações, como no ensino técnico e tecnológico. Dentro do contexto de formação profissional, a Rede Profissional Científica e Tecnológica tem algumas especificidades, dentre elas a presença no seu quadro de servidores técnico administrativos que formam uma equipe multiprofissional formada por: Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, entre outros, que teriam um papel de apoio aos estudantes, entre eles o aluno PAEE.

Partindo deste pressuposto, este artigo versa sobre a pesquisa realizada nos Institutos Federais (IFs), que compõem a Rede Profissional Tecnológica, que teve como objetivo descrever e analisar o papel da equipe multiprofissional (EMP), nos IFs, na escolarização do estudante PAEE no contexto da instituição. Especificamente no que se refere a formação, atuação da equipe e seu papel no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

2. MÉTODO

Mediante o objetivo proposto, a metodologia utilizada no estudo é classificada como exploratória e descritiva, do tipo pesquisa de levantamento. A coleta de dados se deu por meio de questionário, com utilização da ferramenta do Google Forms (Formulários Google). A investigação foi desenvolvida nos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, que possui campi em todo o território nacional.

Em relação aos aspectos éticos, esse processo foi adequado aos princípios do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em relação às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal e aprovado em 27/10/2020.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a adaptação do questionário “Avaliação da Política de Inclusão Escolar: Equipe Multidisciplinar” (LACERDA; MENDES, 2016), para adequar as questões ao contexto dos IFs, porém sem mudanças em sua base. Após a adequação, a versão final do questionário

[Digite aqui]

apresentou 36 questões, entre fechadas e uma questão aberta. A primeira seção do questionário apresentou o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, no qual o participante é esclarecido sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa e indica sua concordância em fazer parte da investigação. As duas partes seguintes versaram sobre os dados pessoais do participante e sua formação profissional; a seção quatro foi referente ao estudante público-alvo da Educação Especial e a seção cinco trouxe a autoavaliação em relação ao trabalho com o estudante PAEE. Ao final do formulário foi oportunizado ao participante espaço para livre manifestação que julgassem pertinente ao tema da investigação;

A coleta de dados ocorreu por meio da ferramenta Google Forms, no período de 28/10/2020 a 25/11/2020, a qual disponibiliza a apresentação dos resultados em forma de gráficos e planilhas. A amostragem por meio dos gráficos apresenta a exposição e interpretação das respostas, do questionário construído no Google Forms, plataforma on-line, sendo o uso do questionário, na concepção de Gil (2008, p.121) “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc”.

Para análise de dados, inicialmente houve uma análise quantitativa, para o exame descritivo qualitativo o conteúdo foi desmembrado em categorias, segundo as seções do questionário. Em seguida o material foi subdividido em duas subcategorias: “a formação e atuação da EMPs na escolarização do estudante PAEE” e “o papel da equipe no NAPNEs”.

Em relação aos participantes, totalizaram-se 29 instituições da Rede Profissional Tecnológica e 97 participantes. Sobre a região geográfica no território nacional, observou-se respectivamente: a) região Norte: 17 (18,89%); b) região Nordeste: 18 (20%); c) região Centro-Oeste: 16 (17,78%); d) região Sudeste: 22 (24,44%) e, e) região Sul: 17 (18,89%),

A idade dos sujeitos variou entre 24 e 62 anos, tendo como idade média 39,6 anos. Com relação ao cargo ocupado na EMP (poderia assinalar mais de uma vez) as variações foram: a) coordenador da EMP: 22 (22,7%); b) pedagogo: 19 (19,6%); c) psicólogo: 19 (19,6%); d) assistente social: 10 (10,3%); e) técnico em assuntos educacionais: 9 (9,3%); f) tradutor e intérprete de Libras 6 (6,18%); g) coordenador do NAPNE: 4 (4,12%); h) professor e coordenador de curso: 1 (1%);

[Digite aqui]

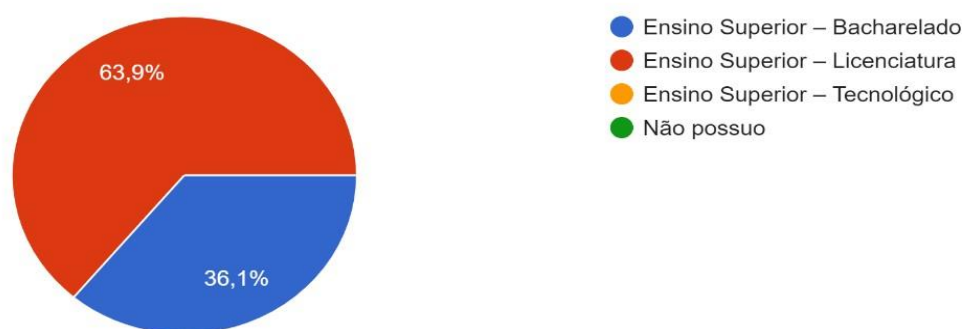
i) assistente de alunos: 1 (1%); j) bibliotecário: 1 (1%); k) outros: 19 (19,6%).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As considerações ao longo deste artigo se dão pela exposição dos dados em gráficos e interpretação dos resultados com respectivas discussões, análise e descrição pautada na fundamentação dos autores que dialogam com a temática da inclusão e da importância da formação para atuar no apoio ao estudante PAEE. Os dados coletados referentes às características de formação em graduação dos profissionais (Gráfico 1), temos (63,9%) referiram graduação em licenciatura, e 36,1% graduação em bacharelado.

Gráfico 1 – Graduação mais significativa para o trabalho atual

97 respostas



Fonte: a autora, a partir dos resultados dos questionários (2021)

Com relação ao tempo após a formação na graduação a variante é de 15 anos a 2 anos, sendo (21,6%) para mais de 15 anos; de (22,7%) para os que concluíram entre 10 e 15 anos; de (25,8%) para conclusão há mais de 5 anos e menos que 10; enquanto aos que concluíram até 2 anos ficou em (8,2). Outro aspecto foi sobre titulação e os dados apontam que (53,6%) apresentaram mestrado como titulação mais elevada, seguido de especialização (34%) e ainda (9,3%) com doutorado.

Quanto ao contato durante a graduação com conteúdo de Educação Especial, a relação foi que (34,4%) responderam que sim, tiveram contato com o conteúdo ao menos em 1 disciplina, (14,6%) sim em 2 disciplinas, (16,7%) sim em 3 ou mais disciplinas, enquanto (31,3%) não tiveram em nenhuma disciplina. Estes dados oferecem um diferencial importante ao membro da equipe multiprofissional e o papel

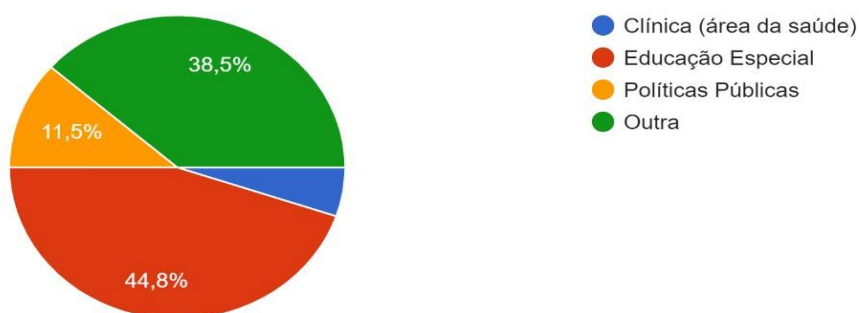
[Digite aqui]

no NAPNEs, em sua atuação e ações voltadas aos estudantes PAEE, demonstrando que os cursos de graduação têm suas especificidades, e pouco contemplam na grade curricular disciplinas com conteúdo de Educação Especial. A falta de formação em nível de graduação nos remete a importância de ser problematizada na Rede Profissional Tecnológica a necessidade de formação continuada, que prepare esses profissionais para atuarem no cargo que ocupam atualmente.

Verificou-se a presença de capacitação em cursos de pequena duração na formação dos profissionais, e nos últimos dois anos (44,8%) dos entrevistados realizaram cursos na área de Educação Especial (Gráfico 5), indicando uma preocupação com a capacitação profissional nessa área.

Gráfico 5 – Curso realizado nos dois últimos anos

96 respostas



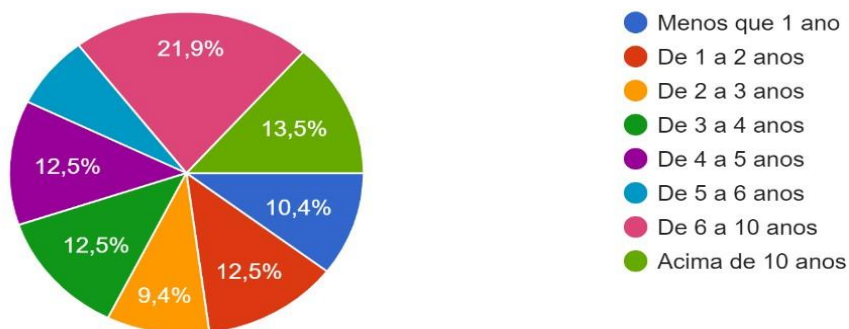
Fonte: a autora, a partir dos resultados dos questionários (2021)

Prática que segundo a amostragem do (Gráfico 6), traz a relação ao tempo de experiência na EMP, e aponta que os profissionais possuem experiência significativa: acima de 10 anos tem (13,5%), de 6 a 10 anos (21,9%), com 5 a 6 anos teve menor porcentagem, enquanto de 4 a 5 anos e também de 3 a 4 anos foi (12,5%), entre 2 a 3 anos (9,4%), com 1 a 2 anos (12,5%) e menos de 1ano (10,4%). É importante lembrar que a expansão da Rede Profissional Tecnológica é recente, por isso uma grande parcela dos servidores que nela atuam não possui experiência no cargo acima de 10 anos, pois ingressaram após esse momento e muitos eram recém-formados, como se observa no tempo de formação.

[Digite aqui]

Gráfico 6 – Tempo de experiência como profissional da equipe multidisciplinar

96 respostas



Fonte: a autora, a partir dos resultados dos questionários (2021)

Em relação composição da equipe multidisciplinar, os profissionais sinalizados mais presentes foram Pedagogo (86,6%), Assistentes Sociais(76%), Coordenador de equipe (67%), e Psicólogo Escolar (74%).

A ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E NAPNE EM RELAÇÃO AO ESTUDANTE PÚBLICO- ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Considerando que o foco da pesquisa são as ações pensadas no contexto do IFs para a inclusão do estudante PAEE, a proposta do Plano Educacional Individualizado (PEI), foi um dos pontos pesquisado, e os estudos de Tannús-Valadão e Mendes (2018), citado por Sonza, Vilaronga e Mendes, sinalizam a respeito:

Nele são registrados os objetivos, as diferenciações individualizadas para as expectativas de aprendizagem traçadas para o estudante, levando em consideração o currículo padrão escolar, seu repertório de partida, os conhecimentos e habilidades durante o processo. O PEI, em sua concepção, deveria acompanhar o aluno Público-Alvo da Educação Especial que precisa de medidas diferenciadas, em toda a sua escolarização, adentrando possivelmente em sua trajetória profissional. (SONZA; VILARONGA; MENDES, 2020, p.6).

Os dados apresentados pelas pesquisadoras demonstram uma perspectiva de êxito, quanto ao desenvolvimento do PEI, ainda que dificuldades e lacunas se façam

[Digite aqui]

presentes no contexto, como cita o recorte de estudos realizados no IFs, que corroboram em relação ao PEI:

Mesmo com as lacunas ocasionadas por falta de profissionais capacitados para atuarem nos NAPNEs, inexistência de códigos de vagas específicos para professores de AEE e outros profissionais de atendimento aos estudantes com deficiência e/ou outras especificidades, em algumas instituições da Rede há o desenvolvimento do chamado Plano Educacional Individualizado (PEI). (SONZA; VILARONGA; MENDES, 2020, p.6).

Diante da importância da elaboração do PEI, o (Gráfico 8), aponta que (21,9%) dos profissionais da EMF não participam, (29,2%) diz que este não existe, mas 49% dos entrevistados participam do planejamento sugerindo que o envolvimento dos profissionais na atuação no NAPNEs é significativo e o trabalho vem sendo desenvolvido, junto ao PAEE. Os dados nos remetem a reflexão se os estudantes apoiados pela equipe não necessitariam de um planejamento específico no detalhamento de um PEI ou se a participação da equipe na elaboração não era prevista.

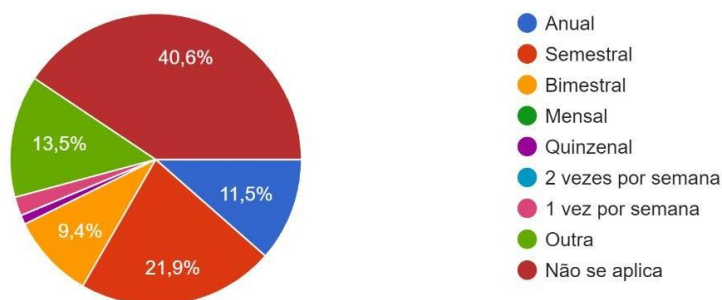
Inferimos que há uma compreensão da importância e necessidade da elaboração do PEI, no entanto como já mencionado, algumas demandas e lacunas pressupõem interferir na periodicidade de sua elaboração, como citam, Souza, Vilaronga e Mendes (2020, p. 17), “existe apenas a previsão de que o PEI precisará ser avaliado continuamente, de forma a ser reformulado sempre que houver necessidade”, mas na prática ainda se faz presente algumas dificuldades, como as amostragens dos dados apontam.

Uma delas está na periodicidade da elaboração do PEI como evidenciado no (Gráfico 9), a maior porcentagem traz que 40,6% indicaram o campo não se aplica, já opções mais frequentes de periodicidade obtiveram as menores porcentagens como observa-se.

Gráfico 9 – Qual a periodicidade da elaboração dos planos educacionais individualizados (PEI)

[Digite aqui]

96 respostas



Fonte: a autora, a partir dos resultados dos questionários. (2021)

Outras situações como o coeficiente “tempo das reuniões de elaboração do PEI” pressupõe ser uma variante complexa a mensurar, e a ação tempo, apareceram com mais de 50% da amostra indicando não saber ou não se aplicar.

A maior presença docente na elaboração do PEI se dá por professores do ensino médio em 46,2% das respostas. Os participantes da elaboração do PEI mais destacados foram pedagogo (56,5%) e assistente social (26,1%). Dos profissionais que compõe a equipe de apoio a elaboração do PEI conta, principalmente, com tradutor e intérprete de libras (36,3%). Em relação a participação no PEI, estudantes e famílias são os mais apontados.

Analisando os dados vemos o quanto são pertinentes estudos de Glat, ao apontar:

Há inúmeras variáveis que contribuem para o distanciamento entre o discurso (teoria) que reconhece a colaboração docente como fator imprescindível para promover a escolarização de alunos com deficiências e as ações (prática) que, efetivamente, se materializam quando esses atores interagem no cotidiano escolar. Sua compreensão demanda uma análise multifatorial que não pode ser contemplada no espaço limitado deste texto (GLAT, 2018, p.13).

Com relação a outras atribuições desenvolvidas pela EMP no NAPNEs, há situações exitosas na atuação, pois mais de 80% realizam orientações aos professores. Mais de 70% dos entrevistados relataram mudanças nas práticas dos professores e observou-se que em mais de 70% dos entrevistados a equipe multidisciplinar atua com orientações as famílias.

Nota-se que o trabalho da EMP e atuação no NAPNEs, é abrangente e demanda que todos os sujeitos inseridos no contexto educacional, inclusive a

[Digite aqui]

família, se mobilizem para que o campo do discurso se materialize na prática educativa inclusiva e colaborativa no ensino do estudante PAEE.

AUTOAVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO COM O ESTUDANTE PÚBLICO- ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DIFERENTES FORMATOS

Com relação a autoavaliação, mais de 50% relataram se sentirem frequentemente ou sempre aptos para exercerem a função profissional. Aproximadamente 43% dos entrevistados acreditam que sua formação inicial é insatisfatória ou não atende as necessidades do cargo, enquanto mais de 60% acreditam que a formação continuada foi satisfatória para exercício do cargo. E por fim, observamos que quase 90% dos profissionais entrevistados relataram dificuldade regular, alta ou muito alta na atuação como profissional da equipe multidisciplinar, reforçando a importância do tema. Esse dado é importante para pensarmos se o entendimento de formação para ao cargo também se relaciona ao trabalho que vem sendo desenvolvido com o estudante PAEE. A pergunta direciona a um entendimento que sim, mas o formato da questão ainda traz reflexões e instiga pesquisas futuras sobre o tema.

No presente estudo, ao final do questionário, os entrevistados foram convidados a comentar sobre suas realidades referentes aos NAPNEs e EMPs. Seguem recortes de alguns relatos coletados, enfatizando a diversidade de formatação do trabalho.

O NAPNE (Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas) do (Instituição) não é composto por Equipe Multidisciplinar e nem realiza acompanhamento discente. Faz parte da Política de Inclusão e Diversidade da instituição e é voltado ao fomento de estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, assim como com o desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. A Equipe Multidisciplinar chama-se Equipe do Atendimento Educacional Especializado, composta por docente da Educação Especial (não atua em SRM), pedagogo e psicólogo escolar. (sujeito da pesquisa)

Este relato se entrelaça a pesquisa publicada no artigo de SONZA; VILARONGA; MENDES(2020) sobre o estudo da temática, "NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), institucionalizados por meio da Resolução nº 20/2014 como sendo "um setor

[Digite aqui]

propositivo e consultivo que media a educação inclusiva na instituição" (IFSP, 2014, p. 1)".

Revelando que o NAPNEs vem sendo implantado no IFs, assim como a EMPs, ainda que com nomenclaturas diferentes observa-se que as atribuições se distinguem.

No IFG Anapolis temos a CAPD, que é a Coordenação de Apoio Pedagógico ao discente, onde tem pedagogos, psicólogos e técnicos em assuntos educacionais, e o setor onde trabalho, CAE, Coordenação de Assistência Estudantil, onde só tem uma assistente social. Sendo assim, trabalho em setor diferente dos outros colegas, por isso em muitas perguntas não sei responder com exatidão pois não participo das reuniões e planejamentos de equipe da CAPD. (sujeito da pesquisa).

a primeira observação que gostaria de fazer é quanto a definição do setor do público da sua pesquisa, pois a equipe multidisciplinar nem sempre está lotada em uma coordenadoria, os organogramas nos IFs mudam muito! No meu por exemplo, estamos lotados no Departamentos de Assuntos Estudantis (DEAE) que está ligado a Direção de Ensino. Outro ponto importante é que a equipe multiprofissional nem sempre é ligada diretamente ao NAPNE, em muitos regulamentos, há a descrição de que o NAPNE poderá contar com a equipe multiprofissional e não que ela deverá fazer parte do mesmo. Geralmente, o que eles deixam claro é que o NAPNE deve ser composto por um coordenador, vice e secretária e isso foi uma das orientações do Programa TEC NEP que foram incorporados (no copia e cola) nos regulamentos dos Institutos, assim como a "Cultura para a Convivência". Aqui no campus atuamos de forma voluntária no NAPNE, a assistente social e eu, inclusive fomos as primeiras coordenadoras, porém, acumulamos nossas funções com esse trabalho. (sujeito da pesquisa).

A equipe multiprofissional do (Instituto) está inserida na Coordenação Multiprofissional em Saúde - CMS, composta por Assistentes Sociais, Enfermeira, Médicos (as), Dentistas, Psicólogas e Nutricionista (atualmente o campus está sem profissional). Não fazemos parte da equipe do Napne e nem teríamos como fazer, uma vez que isso levaria a uma quebra da equipe por não temos profissionais em quantidade suficiente para dividi-la e, também, porque, a partir da perspectiva da educação inclusiva, atendemos aos alunos com deficiência de um modo geral, a partir das demandas que nos apresentem, encaminhando para a rede especializada as situações que não temos expertise par atender. Não possuímos formação, nem nos foi provida institucionalmente. Não foi ofertada capacitação para atuar com esse público em suas necessidades específicas, nem os cursos de graduação nos preparam devidamente para isso. O máximo que é ofertado institucionalmente é curso de Libras para os servidores TAE/Docentes. Obrigada por abrir espaço para comentários. (sujeito da pesquisa).

Outra contribuição relevante se faz presente no recorte seguinte apresentando o contexto, revelando dificuldades e estratégias levantadas pela equipe. Assim como as diferenciações em relação a composição da EMP e do NAPNE.

[Digite aqui]

Em nosso campus O NAPNE não conta com uma “equipe multidisciplinar” e uma “equipe de apoio”. O que temos são servidores que tem interesse em estudar e ajudar no que for preciso. A equipe do NAPNE é, portanto, composta por professores, técnicos e a CAPD (que seria uma espécie de equipe de apoio). Como não temos um profissional de Educação Especial, temos muito a aprender e, por isso, sempre estamos muito aquém do que o aluno necessita. (sujeito da pesquisa).

É apontado pelos participantes também a carência de profissionais na composição da equipe e a grande demanda de trabalho, como o relato que segue:

Em nosso campus não temos recurso humano mínimo na equipe multidisciplinar (Assistência Estudantil) sendo, portanto, impossível "dar conta" de todas as demandas que surgem e são muiiitas. A equipe faz o seu melhor de acordo com a realidade que estamos vivenciando. (sujeito da pesquisa).

Assim como entendem que seria necessário ter nessa equipe um profissional com formação em educação especial e também destacam a importância do professor que faria o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Infelizmente, nosso campus não tem profissional específico para o AEE. Todos temos outras funções e participamos do NAPNEE por amor à educação. Ainda temos muito a melhorar, estamos fazendo o que está nas nossas possibilidades. (sujeito da pesquisa).

Sem o básico na equipe multidisciplinar, principalmente profissional do AEE, fica impossível mesmo com todo esforço ter práticas pedagógicas inclusivas. (sujeito da pesquisa).

A deficiência na atuação da equipe multidisciplinar está na falta de profissionais específicos como professor AEE e psicológico escolar, por exemplo. (sujeito da pesquisa).

Em outras devolutivas, os participantes relatam que há a carência da formação da EMP, mas com aspectos que trazem novamente o questionamento sobre o papel da equipe.

Como coordenadora, a maior dificuldade é a falta de adaptação de atividades e aulas para os alunos pelos professores! (sujeito da pesquisa).

A maior dificuldade não está na integração o trabalho entre os membros multiprofissional, mas sim em uma Política de Formação Continuada dos Professores, na oferta de cursos, habilitações e capacitações que deem segurança para exercer com plenitude a inclusão dos estudantes com deficiência. Outro ponto que observo é que os avanços em relação ao

[Digite aqui]

acolhimento e uma adaptação curricular se dá mais pela sensibilização de alguns docentes com olhares mais sensíveis a temática inclusiva do que pela mobilização pelo grupo, ou seja, são pequenas ações e mudanças de alguns docentes que temos conseguido atender as demandas dos estudantes com deficiência. (sujeito da pesquisa).

Observamos que entre as dificuldades apresentadas nos relatos, incidem diretamente no atendimento ao estudante PAEE, especificamente ao que tange a contratação de profissional com formação em educação especial para efetivamente desenvolver o AEE e atuar colaborativamente com os demais profissionais na construção da Educação Inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os amparos legais sobre inclusão mundialmente aceitos entre os governos foram marcos para construção de políticas públicas para pessoas com deficiência, e no Brasil termos políticas e legislações de inclusão escolar avançando, observamos pela análise dos dados da presente pesquisa a carência da convergência entre legislação e prática educativa, compreendendo que para além do comprometimento, “amor”, e empenho dos profissionais nas instituições de ensino, como foi salientado por alguns dos sujeitos em seus relatos, há algumas dificuldades e demandas que precisam uma atenção especial para que efetivamente se construa uma educação inclusiva, nos IFs, sendo apontada principalmente a falta da contratação de profissionais com formação em educação especial, para o AEE.

Esse estudo conseguiu responder inicialmente os objetivos propostos, trazendo alguns aspectos sobre o papel da equipe multiprofissional nos IFs, na escolarização do estudante PAEE no contexto da instituição, especificamente no que se refere a formação, atuação da equipe e papel no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Sabe-se que existem lacunas, porém entende-se que foi possível descrever e analisar inicialmente esses dados.

Neste sentido a pesquisa buscou apontar particularidades nos Institutos Federais, ao que tange pensar ações a respeito da construção de práticas direcionadas ao que concerne ao trabalho e atuação da equipe multiprofissional, com os estudantes PAEE, por meio dos dados coletados observou-se que tem se constituído um grau positivo de comprometimento da equipe, mesmo diante de dificuldades e lacunas existentes como foram apresentadas, não se pode negar o

[Digite aqui]

empenho dos profissionais na busca de construir e obter um trabalho de êxito desempenhado nos NAPNEs que tem cada vez mais se organizado não apenas no campo do discurso, mas no envolvimento da comunidade escolar na construção de práticas educativas necessárias no processo de inclusão de estudante PAEE nos IFs.

Alguns temas aqui tratados mereceriam um artigo somente sobre eles, como o tema PEI, NAPNE, Formação, mas o intuito foi possibilitar o início dessa discussão e instigar pesquisas futuras que aprofundem o tema e que tragam a relevância da atuação dessa equipe multiprofissional no contexto da Rede Profissional Tecnológica.

O trabalho é árduo, pois demanda mobilizar todos os sujeitos, para que a prática educacional colaborativa seja uma realidade, e nesta perspectiva pressupomos que a pesquisa venha contribuir.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 3.95, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 mar. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R. Desconstruindo Representações Sociais: Por uma cultura de Colaboração para Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.24, p.9-20, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400002>. Acesso em: 25 maio 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Resolução 137, de 4 de novembro de 2014**. Aprova o Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE. São Paulo: IFSP, 2014. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/ex-alunos/42-assuntos/ensino/1472-acoes-inclusivas>. Acesso em: 21 mar. 2021.

LACERDA, C. B. F.; MENDES, E. G. **A avaliação da qualidade da Educação Especial no âmbito da Educação Básica**. Relatório Final. São Carlos: Inep, 2016.

[Digite aqui]

SILVA, M. A. B. **A atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva.** (Dissertação) – Centro de Educação e Ciências Humanas , Programa de pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7545>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SONZA, P. A., VILARONGA, C. A. R., MENDES, E. G., (2020). Os NAPNEs e o Plano Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, v.33, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X52842>. Acesso em: 24 jul. 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca – Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca: Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado:** avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2013. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas , Programa de pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2933>. Acesso em: 06 ago. 2021.